

Lex

INVESTIMENTO

Incerteza mexe com fusões e aquisições mas conjuntura internacional preocupa mais

Um cenário de mudança política pode comprometer a estabilidade e as opções dos agentes económicos. E apesar de o impacto na assessoria jurídica empresarial poder ser contido, especialistas contactados pelo Negócios sublinham que a imprevisibilidade política e legislativa leva a cautela no mercado, podendo adiar operações de M&A.

JOÃO DUARTE FERNANDES
joaomfernandes@negocios.pt

A caminho de novas eleições legislativas antecipadas, a incerteza política e as suas repercussões no investimento e na assessoria jurídica são temas centrais no debate atual. Um cenário de mudança política pode comprometer a estabilidade e as opções dos agentes económicos.

E apesar de o impacto na assessoria jurídica empresarial poder ser contido, especialistas contactados pelo Negócios sublinham que a imprevisibilidade política leva a cautela no mercado, podendo adiar operações de M&A (fusões e aquisições), por exemplo. Os advogados mostram-se, assim, mais receosos quanto ao impacto da conjuntura internacional no cenário macroeconómico do país.

“Não é um cenário favorável, pois traz incerteza adicional, sobretudo num eventual contexto de nova mudança política e reversão de medidas aprovadas no último ano”, destaca Samuel Fernandes de Almeida, “managing partner” da MFA Legal. Para o advogado, este possível cenário “colocaria em causa a estabilidade e as opções de muitos agentes económicos face ao quadro legal atualmente existente”.

Martim Krupenski, “managing partner” da Morais Leitão, concorda que “um cenário de eleições, antecipadas ou não, traz sempre um período de (curta) indefinição ou hesitação dos ‘players’ quanto ao investimento em operações societárias, sobretudo no que toca ao investimento público”. No entanto, o especialista nota que esse impacto

é mais pequeno do que se possa supor”.



O chumbo da moção de confiança apresentada pelo Governo levou à realização de novas eleições legislativas.

Já Nuno Reis Cardoso, sócio da SPCB Legal, acredita que “o cenário de eleições antecipadas não nos parece que possa ter impacto no setor da assessoria jurídica às

empresas”. Já no que respeita à conjuntura internacional, “essa sim, poderá ter impacto no setor”, avisa o advogado.

Eventual mudança política coloca em causa estabilidade e opções de agentes económicos face ao atual quadro legal, lembram especialistas.

Fusões e aquisições em suspenso

“Quando a política se torna imprevisível, o mercado responde normalmente com cautela”, sublinha Bruno Melo Alves, sócio da Melo Alves. O especialista salienta que, “não obstante, aparentemente os indicadores económicos serem robustos e termos uma opinião pública generalizada de que a atual crise política não terá impacto na economia (ou, se tiver, será marginal)”, a grande incerteza quanto ao próximo cenário político, avisa o mesmo advogado, “tem o poten-

cial de levar ao adiamento de decisões de investimento por parte de alguns empresários e, por conseguinte, de arrefecer ou adiar operações de M&A nos meses que se seguem”.

Nesta linha, o líder da MFA considera ser “previsível que possam ser suspensas temporariamente algumas opções de investimento”, com um provável “impacto na assessoria jurídica transaccional”. De igual modo, lembra Samuel Fernandes de Almeida, “podem ficar comprometidos alguns processos legislativos e reformas em curso, incluindo na área fiscal”.

Em concordância, Bruno Melo Alves sublinha que “as operações de M&A são particularmente sensíveis a este tipo de flu-

Alexandre Azevedo

Advogados divididos sobre efeitos da crise política no investimento

João Cortesão

tuações, uma vez que envolvem um planeamento a longo prazo e um ambiente de negócio que respira confiança”.

País “refém” do cenário internacional

No que toca ao panorama internacional, “visto de fora, há bastante estabilidade política em Portugal, dado que as soluções encontradas para a ultrapassagem das crises políticas têm sempre sido muito moderadas e ao centro”, recorda o líder da Morais Leitão. Martim Krupenski refere que “não me parece, por isso, que os investidores (sobretudo estrangeiros) estejam muito preocupados com as eleições antecipadas”.

“Já a conjuntura internacional é diferente: o cenário macroeconómico nacional é muito influenciado pela e dependente da conjuntura internacional”, diz o mesmo advogado. Assim, e dependendo da evolução dessa conjuntura, “pode haver alguma repercussão no setor empresarial”, avisa o “managing partner” da Morais Leitão. “Se a conjuntura internacional for de fraco crescimento económico isso poderá levar algumas

Cenário macroeconómico nacional depende de conjuntura internacional. Advogados avisam que pode haver repercussões no setor empresarial.



Um cenário de eleições, antecipadas ou não, traz sempre um período de (curta) indefinição ou hesitação dos ‘players’ quanto ao investimento em operações societárias.

MARTIM KRUPENSKI
“Managing partner”
da Morais Leitão

empresas a realizar processos de reajuste para o que poderão necessitar de acrescida assessoria jurídica”, explica Reis Cardoso.

Martim Krupenski acredita que “a própria reação dos mercados às decisões políticas menos acertadas vai contribuir para a sua correção”. O advogado diz que já se assiste, de resto, “a algum retrocesso em medidas mais polémicas em função das reações bolsistas e não só”.

Em suma, conclui Fernandes de Almeida, “a incerteza e a instabilidade legislativa são inimigas do investimento público e privado, impactando com o crescimento económico, e inevitavelmente em algumas áreas da assessoria jurídica”, remata. ■

O atual contexto de instabilidade política e o impacto que tem na atração de investimento direto estrangeiro (IDE) no país divide os advogados especializados em assessoria jurídica às empresas contactados pelo Negócios. Ainda assim, todos concordam que a imagem do país, em termos de estabilidade legislativa, fica enfraquecida. Os setores produtivo, da construção e do imobiliário, podem ser os mais impactados.

Para Samuel Fernandes de Almeida, “managing partner” da MFA Legal, “sem dúvida que [o cenário político] impacta na perceção sobre a estabilidade política e legislativa, colocando em causa a segurança, o que retrai, em regra o IDE”. O especialista sublinha que se deve “evitar, a todo o custo, entrar num ciclo de permaner na instabilidade política e crise do regime”.

“A atual situação política não deixará seguramente a imagem do país mais reforçada. Muito pelo contrário”, concorda Bruno Melo Alves, sócio da Melo Alves. “O turbilhão da agenda política pode comprometer a imagem de Portugal no panorama internacional”, destaca o especialista.

Já Martim Krupenski, “managing partner” da Morais Leitão refere que não lhe parece “que esta situação fragilize Portugal enquanto destino de investimento estrangeiro”.

Nesta linha, Nuno Reis Cardoso, sócio da SPCB Legal, nota que “será natural que algumas empresas estrangeiras que pretendam investir em Portugal, ou até mesmo empresas nacionais, aguardem pelo resultado eleitoral, pois seguramente quererão ter uma perceção mais clara do que irá



Setores da construção e imobiliário entre os mais ameaçados.

ser implementado a nível de políticas”.

Olhando para os constrangimentos estruturais significativos que Portugal tem, “como seja o deficiente funcionamento da administração pública, os atrasos na justiça, no licenciamento, assim como a carga fiscal excessiva”, Samuel Fernandes de Almeida avisa “que a normalização da instabilidade política constitui uma péssima notícia para o país, em particular para o setor produtivo”.



A normalização da instabilidade política constitui uma péssima notícia para o país, em particular para o setor produtivo.

SAMUEL F. DE ALMEIDA
“Managing partner”
da MFA Legal

Bruno Melo Alves destaca “o setor da construção e das obras públicas [que] poderá ser impactado com atrasos na adjudicação de projetos e na execução de obras públicas e projetos de infraestruturas rodoviárias e ferroviárias prioritárias”.

Reis Cardoso concorda que, entre os setores que poderão sofrer um maior impacto, está o imobiliário a construção, “uma vez que os princípios partidos têm visões diferentes sobre estes setores, e as opções políticas que venham a ser tomadas pelo partido vencedor terão impacto nesses investimentos”, nota o mesmo advogado.

“Portugal tem de meter na cabeça de uma vez por todas que os agentes económicos precisam de estabilidade e previsibilidade legislativa (não necessariamente política) e rapidez nas decisões judiciais, administrativas e regulatórias. Quase tudo o resto cabe num business plan. Instabilidade, imprevisibilidade ou demora excessiva nas decisões administrativas e judiciais, não cabe”, conclui o líder da Morais Leitão. ■ JDF